



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 262

Quarta-feira - 17 de junho de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Braço do Trombudo	1
Canoinhas	2
Catanduvas	3
Chapadão do Lageado	11
Erval Velho	12
Garuva	21
Gaspar	21
Herval D' Oeste	21
Irineópolis	22
Luzerna	23
Meleiro	23
Pinheiro Preto	24
Rio do Sul	29
Salto Veloso	30
São Lourenço do Oeste	31
Schroeder	31
Videira	32

Consórcios

CIGA	33
------------	----

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Decreto 014/2009

DECRETO Nº 014/2009

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0604/2008 de 19.11.2008, etc...

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria da Educação	
12.365.0120.2.022	- Manut. de Ensino Infantil	
3390.00.00.00.00.0104	- Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
	Total	R\$ 30.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 09 junho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado e registrado nos lugares de costume em data supra.

Portaria 099/2009

PORTARIA Nº 099/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal de Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Irene Floriani Bertelli, ocupante do cargo de Professor Nível II, admitida pelas portarias nº 087/1996 e 018/2002, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 09.06.2009.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09.06.2009, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 15 de junho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Portaria 100/2009

PORTARIA Nº 100/2009

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito Municipal de Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Cátia Marlise Vetter, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de quinze dias a partir de 09.06.2009.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09.06.2009, revogadas as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • **Lucas Rossi** - Diagramador • **Tales Tombini** - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Braço do Trombudo, em 15 de junho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Portaria 101/2009

PORTARIA Nº 101/2009

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

R E S O L V E :

Art. 1º - Nomear Thanise Mayara Gonçalves, para exercer o cargo de Odontólogo, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 15.06.2009.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 15 de junho de 2009.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Edital Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência 2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura do Município de Canoinhas através do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMDE convoca as entidades representantes da sociedade civil e dos órgãos governamentais, para participarem do II FÓRUM MUNICIPAL DO COMDE, quando será realizada a eleição para nova composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA para o período de dois anos.

As entidades e organizações de profissionais liberais que tenham feito sua inscrição, conforme item III artigo 1º, terão seu nome inscrito na cédula de votação.

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO PARA A NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

I – DA DISPOSIÇÃO INICIAL

1º - As entidades representantes da sociedade civil, dos órgãos governamentais estadual e federal, titulares e suplentes, serão eleitos em foro próprio, especificamente convocado pelo Prefeito Municipal com 15 (quinze) dias de antecedência.

2º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

II – DA HABILITAÇÃO

1º - O COMDE é composto por 16 (dezesesseis) membros, titular e

respectivo suplente, para o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, dentre representantes, paritárias das entidades governamentais e da sociedade civil, da seguinte forma:

2º - 08 (oito) representantes de órgãos governamentais.

3º - 08 (oito) representantes da Sociedade Civil organizada, com atuação nas diversas áreas de atendimento aos deficientes, legalmente constituídas e em regular funcionamento há, pelo menos, dois anos.

§ Parágrafo único: Cada titular do COMDE, terá um suplente, oriundo da mesma entidade representada.

III – CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

1º - O credenciamento das entidades interessadas em compor o COMDE, com exceção dos representantes do governo municipal, que são indicados pelo Prefeito Municipal, será efetuado junto à secretária executiva do COMDE, tendo como local a Associação da Terceira Idade da Canoinhas - Atica, sito à Rua Álvaro Soares Machado Nº 21 Bairro Tricolin – Fone (47) 3627-2429, no período de 29/06 à 03/07, através de formulário específico, fornecidos pelo COMDE, no local de inscrição. No caso das entidades, estas deverão apresentar a cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ: outros, cópia da RG e CPF, do delegado responsável da Entidade.

O Edital de homologação das entidades inscritas será afixado na Prefeitura Municipal de Canoinhas, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família – SMDSF na Associação da Terceira Idade de Canoinhas – ATICA e publicado no site da Prefeitura Municipal de Canoinhas: www.pmc.sc.gov.br, no dia 08/07/09.

IV – DA ELEIÇÃO

1º - A eleição será realizada no dia 13 de julho de 2009 com início às 13:30hs, tendo como local o Salão de Eventos da Escola de Educação Básica Almirante Barroso, sito a rua Curitibaanos s/ nº- Centro.

2º - Inicialmente será composta a mesa eleitoral pelas autoridades: Prefeito Municipal (ou seu representante); Presidente da Câmara de Vereadores (ou seu representante); Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e da Família; Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE.

3º - A nomeação dos membros efetivos e suplentes se dará em ato próprio pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

a – da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações.

b – do representante legal das entidades, nos demais casos.

c – os representantes do governo municipal serão de livre escolha do Prefeito (05).

5º - As entidades da sociedade civil, dos órgãos governamentais, estadual e federal uma vez eleitos, têm o prazo de 10 (dez) dias para indicar seu representante, através de ofício à Secretária do COMDE.

6º - Em caso de candidatar-se somente 08 (oito) entidades para compor o Conselho, não haverá eleição e sim aclamação das entidades.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1º - As entidades credenciadas terão direito à 01 (um) delegado com direito a voz e a voto em 8 entidades de sua preferência.

2º - Eleição dar-se-á por voto direto, secreto e maioria simples.

4º - A apuração será feita no mesmo dia da eleição pela mesa eleitoral com o auxílio da secretária executiva do COMDE.

Canoinhas, 15 de junho de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores

Edital de Pregão Eletrônico Cam Nº 01/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

CÂMARA DE VEREADORES

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CÂMARA N.º 01/2009.

A Câmara de Vereadores do Município de Canoinhas – SC, CNPJ nº. 83.528.620/0001-25, realizará no dia 01 de julho de 2009, às 10:00 horas, através do sistema de pregão da Prefeitura de Canoinhas, pregão eletrônico para aquisição de 4 computadores, 6 monitores LCD, 5 multifuncionais laser, 2 notebooks, 1 impressora laser color, 1 rack para servidor, 1 nobreak, 6 estabilizadores, 1 roteador, 1 modem ADSL e 2 adaptadores de rede USB, destinados à Câmara de Vereadores de Canoinhas. Cadastro das propostas iniciais no site, até às 09:00 horas do dia 01/07/2009. Informações (47) 3621-7705. Cópia do Edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): <http://www.licitacoes-e.com.br>.

VEREADOR CELIO GALESKI

Presidente da Câmara

Catanduvas

Prefeitura Municipal

Lei 2.202

LEI 2.202, DE 21 DE MAIO DE 2009.

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.198, DE 23/04/2009"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. O § 1º do art. 1º, da Lei Municipal nº 2.198, de 23 de abril de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.
§ 1º Não se estende o aumento previsto neste artigo aos "agentes políticos municipais".

Art. 2º. Fica revogado o § 3º, do art. 1º, da Lei nº 2.198, de 23 de abril de 2009

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 21 de maio de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data

Lei 2.203

LEI 2.203, DE 21 DE MAIO DE 2009.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR DESPESAS COM O EVENTO DE ESCOLHA DA RAINHA DA FESTA DO CHIMARRÃO DE 2009"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere,

faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o Baile da Escolha da Rainha da 6ª Festa do Chimarrão de 2009, a realizar-se no dia 23 de maio de 2009 nas dependências do CTG – Centro de Tradições Gaúchas - Querência do Chimarrão, de Catanduvas, até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Art. 2º. As despesas referem-se as aquisições de materiais necessários para a realização do evento, bem como a aquisição de lembrança como retribuição do Município, à participação das candidatas no Evento.

Art. 3º. Tal medida é do interesse público municipal, visto que já é tradição no Município a realização de tal evento antecipando a realização da Festa do Chimarrão, visto que servirá como veículo à divulgação da Festa, considerando-se ainda que as demais despesas do evento serão suportadas pelo próprio CTG.

Art. 4º. A presente medida está dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei 8.666/93 e alterações.

Art. 5º. As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 21 de maio de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data

Lei Nº 2.204/09

LEI Nº 2.204/09 DE 26 DE MAIO DE 2009.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 249.000,00 (Duzentos e quarenta e nove mil reais), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
UNID. ORÇ.	0201	GABINETE DO PREFEITO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito		
02	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	20.000,00
ÓRGÃO	02	GABINETE DO PREFEITO		
UNID. ORÇ.	0201	GABINETE DO PREFEITO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
		Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito		

02	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	20.000,00
----	----	---------------------------	-----	-----------

ÓRGÃO	03	SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
UNID. ORÇ.	0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
	2003	Execução do Programa de Administração Geral		
04	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	50.000,00

	2007	Execução do Programa de Administração Financeira		
09	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	13.000,00

ÓRGÃO	04	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
	2012	Manutenção do Ensino Regular		
15	01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	50.000,00

	1016	Reequipamento e Livro Para as Escolas		
20	01	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	15.000,00

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA			
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES			
	452	SERVIÇOS URBANOS			
	2032	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública e Coleta de Lixo			
40	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	40.000,00	

UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES		
	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA		
	1031	Manutenção da Sinalização		
44	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	10.000,00

	0603	DIVISÃO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO		
	334	FOMENTO AO TRABALHO		
	1035	Apoio a Empresas		
50	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	6.000,00
51	00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00

ÓRGÃO	07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
UNID. ORÇ.	0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
	843	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA			
	0002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada			
64	00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	20.000,00	
65	00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	20.000,00	

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 110.000,00(Cento e dez mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA			
UNID. ORÇ.	0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES			
	782	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS			
	2034	Manutenção dos Serviços Urbanos			
46	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	60.000,00	

UNID. ORÇ.	605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
------------	-----	---------------------------

	48	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO		
	2035	Pequeno Produtor Assistido		
55	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	5.000,00

	1070	Execução de Poços, Agro-Industria e Interposto		
58	00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	45.000,00

Art. 3º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais), no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	0901	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
	2050	Manutenção da Secretaria de Saúde		
04	00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	139.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvass SC, 26 de Maio de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 26/05/2009

Lei 2.205

LEI 2.205, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

“ALTERA O PLANO DE CARREIRA, CARGO, E VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (LEI Nº 1717/02) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvass(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Ficam os cargos de Agente de Construção e Manutenção I, e Agente de Construção e Manutenção II transformados para o Agente de Construção e Manutenção, com as atribuições dos cargos de Agente de Construção e Manutenção I e II e vencimentos correspondentes ao atual cargo de Agente de Construção e Manutenção II.

Art. 2º. Os atuais servidores ocupantes dos cargos de Agente de Construção e Manutenção I e Agente de Construção e Manutenção II, ficam automaticamente enquadrados no cargo de Agente de Construção e Manutenção, com os vencimentos na forma do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. As vagas dos cargos de Agente de Construção e Manutenção I e Agente de Construção e Manutenção II ficam automaticamente remanejadas para o cargo de Agente de Construção e Manutenção.

Art. 3º. As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando os Anexos I e III da Lei Municipal nº 1.717, de 4 de janeiro de 2002, com a redação modificada pela inclusão das alterações contidas no texto desta Lei.

Catanduvas(SC), 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data

Lei 2.206

LEI 2.206, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

“AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BENS CONSTANTES NO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a alienação de bens constantes do Patrimônio Público Municipal, relacionados no ANEXO I da presente Lei, e que integra o presente.

Parágrafo único. A alienação será efetivada adotando-se os valores mínimos estabelecidos pela Comissão de Vistoria e Avaliação, formada pelo Decreto Municipal nº. 1.576 de 15 de maio de 2009.

Art. 2º. Tal medida é do interesse público municipal, tendo em vista que aludidos bens, já não atendem eficazmente as necessidades da Administração Municipal, ao mesmo tempo em que os valores arrecadados serão utilizados para aquisição de novos bens, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º. A alienação de que trata a presente Lei, será procedida de regular processo licitatório, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, e suas alterações.

Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado por esta secretaria nesta data

Lei 2.207

LEI 2.207, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

“AUTORIZA BAIXAR BEM CONSTANTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder a baixa do Patrimônio Público Municipal, do prédio construído para funcionamento da Escola Municipal Isolada Linha Tunal, localizada na Linha Tunal, Interior, neste Município de Catanduvas-SC, atualmente sem utilização e em ruínas.

Parágrafo único. O prédio foi edificado em terreno particular, atualmente pertencente ao cidadão Osaías Souza, cedido ao Município, entretanto, sem a formalização de termo de cessão, diante da inexistência do mesmo nos arquivos da Administração Municipal e no CRI – Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º. Tal edificação já foi anteriormente avaliada pela Comissão de Avaliação formada pelo Decreto Municipal nº 969, de 27 de setembro de 1999, a qual atribuiu ao prédio e respectivo terreno, o valor de R\$ 5.985,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais). Através da Lei Municipal nº 1.542, de 30 de novembro de 1999, foi autorizada a alienação do imóvel, entretanto não realizada.

Art. 3º. Através do Decreto Municipal nº 1.577, de 15 de maio de 2009, foi formada Comissão de Vistoria com a finalidade de verificar-se a atual situação da edificação. A Comissão emitiu “Parecer da Comissão de Avaliação” – ANEXO I à presente Lei, informando que o imóvel se encontra em ruínas, e atribuiu o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para os materiais de construção aproveitáveis do imóvel.

Art. 4º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, após efetivada a baixa do Patrimônio, destinar os materiais aproveitáveis da edificação a ser demolida, à família carente, devidamente inscrita em programa social do Município, em função da possibilidade de difícil alienação de tais materiais.

Art. 5º. A presente medida atende aos preceitos constantes da Lei Complementar nº 101 e Lei 4.320.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), em 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretaria da Administração e Finanças

Registrado por esta Secretaria nesta data.

Lei 2.208

LEI 2.208, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

“AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL CONSTANTE NO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetivar a alienação de bem imóvel constante do Patrimônio Público Municipal, constituído do terreno com área de 780,00m² (setecentos e oitenta metros quadrados) e respectiva edificação com área de 148,68m² (cento e quarenta e oito metros e sessenta e oito centímetros) identificado como Escola Municipal Isolada Reflorestamento Pagnocelli, localizada nas imediações da Estrada Municipal Catanduvas/Pedra Lisa – Interior, neste Município de Catanduvas-SC, pelo valor mínimo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo único. O valor do imóvel foi estabelecido pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal nº. 1.579, de 21 de maio de 2009.

Art. 2º. Tal medida é do interesse público municipal, tendo em vista que aludido imóvel, em função da atual política educacional, deixou de ser útil ao Município, ao mesmo tempo em que os valores arrecadados serão utilizados para aquisição de novos bens, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º. A alienação do bem de que trata a presente Lei, faz parte do rol dos bens destinados à venda, de que trata a Lei Municipal nº. 1.452, de 30 de novembro de 1999. Entretanto, em função da ausência de interessados em regular processo licitatório, a venda não ocorreu, ocorrendo assim a depreciação do mesmo.

Art. 4º. A alienação de que trata a presente Lei, será procedida através de regular processo licitatório, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, e suas alterações.

Art. 5º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o contido na Lei Municipal nº. 1.542, de 30 de novembro de 1999.

Catanduvas(SC), 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretaria da Administração e Finanças

Registrado por esta Secretaria nesta data.

Lei 2.209

LEI 2.209, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

"PRORROGA PRAZO DE ARRENDAMENTO DE MÁQUINA AGRÍCOLA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado prorrogar mediante contrato, o prazo de arrendamento de máquina agrícola de propriedade da SPAG – Sociedade Patronato Anjo da Guarda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 84.590.256/0001-96, para utilização nos serviços da Secretaria Municipal de Transporte e Obras, de que trata a Lei Municipal nº. 1.820 de 20 de dezembro de 2002, com a nova redação que lhe emprestou a Lei Municipal nº. 2.134, de 18 de julho de 2007.

Parágrafo 1º. O prazo de prorrogação de que trata este artigo é pelo período de doze (12) meses, a iniciar em 1º de janeiro de 2009, e terminar em 31 de dezembro de 2009.

Parágrafo 2º. De acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº. 1.820, com a nova redação dada pela Lei 2.134, o valor de remuneração mensal será de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Esta medida está dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2009.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), em 09 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretaria da Administração e Finanças

Registrado por esta Secretaria nesta data.

Lei 2.210

LEI 2.210, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

"AUTORIZA TOMAR EM ARRENDAMENTO MÁQUINA MOTONIVELADORA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado tomar em arrendamento, mediante contrato, motoniveladora FIAT ALLIS modelo FG 70B – série 70D00408, ano de fab. 1996, de cor amarela, de propriedade da empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.393.652/0001-21, para utilização nos serviços da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Parágrafo 1º. O prazo do arrendamento é de três (3) meses, a iniciar em 15 de junho, com término em 15 de setembro de 2009.

Parágrafo 2º. O valor da remuneração mensal será de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo 3º. Caberá à empresa proprietária da máquina a disponibilização da mesma, em perfeitas condições de operacionalidade e uso, bem como operador para a mesma sob suas expensas, enquanto que ao Município caberá o pagamento de todos os consumos de combustíveis, óleos lubrificantes, e manutenção em geral, excetuando-se eventuais despesas com recuperação do trio de força, assim compreendido o torque, motor e diferencial.

Art. 2º. Esta medida está dispensada de licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e alterações.

Art. 3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado por esta secretaria nesta data

Lei 2.211

LEI 2.211, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

"INSTITUI FERIADOS MUNICIPAIS, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL 9.093, DE 12/09/1995".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam instituídos como FERIADO MUNICIPAL a Terça-feira de Carnaval, Sexta-feira da Paixão (Sexta-feira Santa); o dia de Corpus Christi, e o dia 12 de Outubro – Dia de Nª Sª Aparecida, Padroeira do Brasil.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), em 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretaria da Administração e Finanças

Registrado por esta Secretaria nesta data.

Lei 2.212

LEI 2.212, DE 09 DE JUNHO DE 2009.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A., BEM COMO PROMOVER ALTERAÇÕES DOS ANEXOS DO PPA, LDO E LOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições que a lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Intervenções Viárias – Provias.

Parágrafo único – Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias – Provias, nos termos da Resolução nº. 3.688, de 19.02.2009, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º. Para pagamento do principal, juros e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º. No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§ 2º. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para realização da despesa a que se refere este artigo, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O Orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º. Fica alterado o ANEXO constante da Lei Municipal nº. 2.046, de 10/10/2005 – PPA – Plano Plurianual com estimativa dos anos de 2006/2009, a saber:

ANEXO II – Planilha de Despesa Por Programa de Ações
PROGRAMA 009 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA 039 – ESTRADAS VICINAIS

Art. 6º. Ficam alterados os ANEXOS constantes da Lei Municipal nº. 2.186, de 21/11/2008 – LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2009, a saber:

a) ANEXO I – Metas Fiscais – art. 4º, § 1º da LRF
ANEXO I.1 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR – art. 4º, § 2º da LRF

b) ANEXO I – Metas Fiscais – art. 4º, § 1º da LRF
ANEXO I.2 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES – art. 4º, § 2º, Inc. II da LRF

c) ANEXO I – Metas Fiscais
ANEXO I.5 – DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO DA LRF

Art. 7º. Ficam alterados os ANEXOS constantes da Lei Municipal nº. 2.187, de 17/12/2008 – LOA – Lei Orçamentária Anual de 2009, a saber:

a) ANEXO I – Metas Fiscais – art. 4º, § 1º da LRF

b) ANEXO I – art. 4º, § 2º da LRF
ANEXO I.1 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR – art. 4º, § 2º, Inc. II da LRF

c) ANEXO XV – art. 165, § 5º da CF
ANEXO XV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL

d) ANEXO XIX – art. 4º, §§ 1º e 9º da LRF
ANEXO XIX – DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO PREVISTOS PARA 2009

Art. 8º. A aquisição dos equipamentos será efetivada mediante regular processo licitatório, em conformidade com o disposto na Lei 8.666, e alterações.

Art. 9º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), em 09 de junho de 2009.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretaria da Administração e Finanças

Registrado por esta Secretaria nesta data.

Decreto 1.582

DECRETO 1.582, DE 01 DE JUNHO DE 2009.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, a próxima Quinta-feira, dia 11 de junho de 2009;

Considerando, que já é de praxe a paralisação das atividades em órgãos públicos quando o feriado está separado do final de semana em um só dia, independentemente de outros órgãos instalados no Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal, o dia 12 de junho de 2009, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e do calendário escolar, retornando às atividades normais, na próxima segunda-feira, dia 15 de junho de 2009, no horário normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 01 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto 1.584

DECRETO 1.584, DE 01 DE JUNHO DE 2009.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, conforme segue:

I – ÓRGÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

a) Alda Marmentini Nora

b) Tassiana Claudia Felipe

II – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

a) Ângela Cassiano Neris da Cruz

b) Solange Maier Secco

Art. 2º. Os membros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º. Pela participação na Comissão, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto 1.552, de 13 de março de 2009.

Catanduvas(SC), 01 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

Decreto 1.585

DECRETO 1.585, DE 01 DE JUNHO DE 2009.

"DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – "CRAS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados para compor a equipe técnica do CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, os seguintes servidores:

a) – Adelita Perla Haro - Psicóloga

b) - Roselei Pedroso – Assistente Social

c) – Maria Isabel Costa – Auxiliar Administrativa

d) – Suzana Moura Lopes Sacchet - Acolhida

Art. 2º. A coordenação da Equipe Técnica ficará a cargo da servidora Claudia Elizângela dos Santos Vieira.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário, especialmente do Decreto 1.503 de 15 de julho de 2008.

Catanduvas(SC), 01 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

Decreto 1.586

DECRETO 1.586, DE 08 DE JUNHO DE 2009.

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR IRREGULARIDADES NA DOS MEDICAMENTOS DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e art. 151 da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002;

CONSIDERANDO, que através da Portaria Conjunta 4.723, de 31.03.2009, restou nomeada a servidora pública Ionara Santin, ocupante do cargo de farmacêutica, para administrar o recebimento, armazenamento e distribuição dos medicamentos e demais produtos de suprimento da farmácia básica;

CONSIDERANDO, que chegou até a Administração Municipal informações da ocorrência de irregularidades na administração geral dos medicamentos, no sentido de que o estoque físico, estaria em desacordo com documentais;

CONSIDERANDO, que é dever da Administração Municipal, ao tomar conhecimento de irregularidades no serviço público, tomar as providências administrativas cabíveis, no sentido de zelar pelo patrimônio público, bem como pelos demais princípios que norteiam a administração Municipal; e

CONSIDERANDO, que o art. 151 e ss. Do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, determina que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público deve promover a apuração imediata,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar as possíveis irregularidades na administração geral dos

medicamentos e outros produtos da Farmácia Básica do Posto de Saúde Central.

Art. 2º. Fica nomeada Comissão Sindicante para apurar as eventuais irregularidades, formada pelos seguintes servidores públicos municipais, a seguir relacionados:

- a) VANESSA CRISTINE FUNEZ – Presidente
- b) MARLENE MINGORI
- c) ROSA APARECIDA FABRI
- d) ALICE PAGANINI

Art. 3º. Para realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de todos os documentos disponíveis na Administração Municipal, bem como fazer o levantamento físico dos medicamentos e demais produtos, confrontando-os, bem como ouvir as pessoas que diretamente tenham responsabilidade ou conhecimento da situação.

Parágrafo 1º. Com vistas a proporcionar o contraditório e ao direito a ampla defesa a Comissão assegurará vista dos documentos constantes da Sindicância na repartição a todos os interessados.

Parágrafo 2º. Cada membro deve assumir as suas funções que lhe são próprias, devendo laborar com zelo e denodo.

Art. 4º. A Comissão terá um prazo de trinta (15) dias para conclusão dos trabalhos. Emitirá um documento conclusivo, demonstrando o apurado, bem como as providências que julgar convenientes.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 08 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTÔNIO SELLA
Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Portaria P/4775/09

PORTARIA P/4775/09, DE 01.06.09

"ADMITE TEMPORARIAMENTE BRUNA MAGNABOSCO"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, VI, da Lei Municipal nº 1.723/02 e Lei Municipal nº 1.700/01,

R E S O L V E

ADMITIR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Bruna Magnabosco, para as funções de Professor I, com (10:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto,

Local de Trabalho: E. M. VITOLDO ALEXANDRE CZECH

Período de contratação: 01 de Junho a 18 de dezembro de 2009

Catanduvas, 01 de junho de 2009

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHIL

Termo de Alteração ao Edital do Processo N° 0047/2009 - Edital de Pregão N° 0017/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

TERMO DE ALTERAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO N° 0047/2009
EDITAL DE PREGÃO N° 0017/2009.

OBJETO: Referente a aquisição de 01un de retro-escavadeira, 01un de caminhão com caçamba, 01un de veículo, para manutenção das atividades do gabinete do prefeito e secretaria de infra-estrutura urbana, deste município.

Abertura das propostas: às 15 horas do dia 22 de junho de 2009.

Por este instrumento a Prefeitura Municipal de Catanduvas SC, promove alterações da capacidade mínima da motorização, mencionados no "Anexo V – Relação de Itens do Objeto desta Licitação" no item 03:

Onde se lê:

Caminhão de fabricação nacional, 6X2, 0km, ano/modelo 2009/2009, na cor branca, equipado com motor eletrônico turbo de no mínimo 275cv, controle automático de velocidade, reduzido, cambio de no mínimo 6 marchas, ar quente, direção hidráulica, banco do motorista a ar, embreagem a ar, freio a ar com estacionário no 4 cubos traseiro, vidros verdes, pneus sem câmara 275x80R22,5, entre eixos 4.800mm, PBT em torno de 23.000kg Valor máximo R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

O correto é:

Caminhão de fabricação nacional, 6X2, 0km, ano/modelo 2009/2009, na cor branca, equipado com motor eletrônico turbo de no mínimo 250cv, controle automático de velocidade, reduzido, cambio de no mínimo 6 marchas, ar quente, direção hidráulica, banco do motorista a ar, embreagem a ar, freio a ar com estacionário no 4 cubos traseiro, vidros verdes, pneus sem câmara 275x80R22,5, entre eixos 4.800mm, PBT em torno de 23.000kg Valor máximo R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Informo que esta alteração será publicada nos mesmos meios que foram publicados o edital e estará a disposição de todos os interessados em sua participação na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Os demais termos relativos ao processo licitatório permanecem inalterados.

Catanduvas, 09 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal de Catanduvas

Extrato de Contrato N° 081/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 081/2009

Processo Licitatório: 0042/2009. Carta Convite nº 0029/2009

Objeto: Serviços de conserto de calçamento (tapa buraco) em diversas ruas do município Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC

Contratado (a): DOUGLAS DOS SANTOS ME.

Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de julho de 2009.

O valor global: R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais)

Data e assinatura do contrato: 01 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 082/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 082/2009

Processo Licitatório: 0038/2009. Pregão n° 0014/2009
Objeto: Contrato de aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades das Secretarias deste Município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Zanesco & Zanesco Ltda.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 41.872,00 (quarenta e um mil oitocentos e setenta e dois reais).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 083/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 083/2009

Processo Licitatório: 0038/2009. Pregão n° 0014/2009
Objeto: Contrato de aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades das Secretarias deste Município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): G & D Materiais de Construção Ltda EPP.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 124.035,49 (cento e vinte e quatro mil trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 084/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 084/2009

Processo Licitatório: 0038/2009. Pregão n° 0014/2009
Objeto: Contrato de aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades das Secretarias deste Município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Concatan Concretos Catanduvas Ltda.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 44.133,00 (quarenta e quatro mil cento e trinta e três reais).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 085/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 085/2009

Processo Licitatório: 0038/2009. Pregão n° 0014/2009
Objeto: Contrato de aquisição de materiais de construção para manutenção das atividades das Secretarias deste Município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Secco Materiais de Construção Ltda.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 134.632,20 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte centavos).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 086/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 086/2009

Processo Licitatório: 0039/2009. Pregão n° 0015/2009
Objeto: Contrato de aquisição de merenda escolar para distribuição gratuita na rede municipal e estadual de ensino deste município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Mercado Runel Ltda ME.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 38.985,60 (trinta e oito mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 087/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 087/2009

Processo Licitatório: 0039/2009. Pregão n° 0015/2009
Objeto: Contrato de aquisição de merenda escolar para distribuição gratuita na rede municipal e estadual de ensino deste município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Sacolão de Frutas e Verduras São Cristóvão.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 088/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 088/2009

Processo Licitatório: 0039/2009. Pregão n° 0015/2009
Objeto: Contrato de aquisição de merenda escolar para distribuição gratuita na rede municipal e estadual de ensino deste município.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): MP Supermercado e Transportes Ltda.
Prazo de vigência: de 02 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.
O valor global: R\$ 35.460,50 (trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta centavos).
Data e assinatura do contrato: 02 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 089/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 089/2009

Processo Licitatório: 0041/2009. Carta Convite n° 0028/2009
Objeto: Contrato de aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra para serviços de conserto da Retro Escavadeira Case modelo 580L.
Contratante: Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC
Contratado (a): Formáquinas Comercio de Peças e Serviços Ltda.

Prazo de vigência: de 04 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2009.

O valor global: R\$ 32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais).

Data e assinatura do contrato: 04 de junho de 2009.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Decreto N° 37/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 37/2009

"REGULAMENTA O ART. 240, INCISO VII, § 4º DA LEI COMPLEMENTAR N° 002 DE 17.12.1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 70, inciso II, alínea a da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n° 002 de 17.12.1998,

DECRETA:

Art. 1º Os valores a serem cobrados do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU dos imóveis em conformidade com o art. 240, inciso VII, § 4º, constituirá um desconto de 50 % (cinquenta por cento) no valor territorial do Imóvel.

Art. 2º O proprietário do imóvel de que trata o art. 1º do presente Decreto, após o recebimento do Carnê de IPTU, deverá comparecer ao Setor de Tributação, acompanhado de Requerimento interposto a Prefeitura e de comprovante da exploração econômica agrícola e/ou pecuária da área de terra.

Art. 3º Após o recebimento do Requerimento o Setor de Tributação encaminhará a Assessoria Jurídica do Município, a qual deverá manifestar-se em cinco dias.

Parágrafo único. Recebido o Parecer, e confirmando-se o direito do contribuinte ao desconto de que trata o art. 1º, o Setor de Tributação emitirá novo Carnê de IPTU e enviará ao proprietário do imóvel.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado/SC, 02 de junho de 2009

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 267/2009 de 15.06.09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A N° 267/2009

NOMEAR NO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR .

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com Lei Complementar n° 007 de 23.12.99 e N° 0011 de 30.04.2002:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARILÉIA HINCKEL, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS – 1 A - Anexo IV e V, da Lei Complementar n° 0011, de 30.04.2002, a partir de 17.06.09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de junho de 2009

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 268/2009 de 15.06.09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A N° 268/2009

ALTERA LOCAL DE TRABALHO

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 50 Inciso VII e pelo Artigo 70 inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar local de trabalho do funcionário, RONI CAPISTARNO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento, na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para atuar junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 17.06.09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de junho de 2009.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria N° 269/2009 de 15.06.09

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A N° 269/2009

DESIGNA PARA EXERCER FUNÇÕES NA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 75 da Lei Complementar n° 008 de 23.12.1999:

RESOLVE:

Art. 1º Designar ELAINE DA SILVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, para exercer a função de Secretária da Junta de Serviço Militar no Município de Chapadão do Lageado, a partir de 17.06.09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de junho de 2009

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Lei Complementar 022/2009

LEI COMPLEMENTAR N. 022, DE 21 DE MAIO DE 2009.

ACRESCENTA TEXTO DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 020, DE 08 DE ABRIL DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica emendado ao anexo I da Lei Complementar nº 020 de 08 de abril de 2009 que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários o seguinte dispositivo:

“Agente de Esportes – Ensino Médio – Executar atividades desportivas, organização de agendas de eventos de esportes, coordenar e orientar a utilização dos espaços e prédios públicos destinados a prática de esportes, acompanhando o desenvolvimento de todas as atividades desportivas na área de Educação, eventos e recreação, bem como de atividades curriculares escolar”.

“Auxiliar Administrativo - Educação Básica - Auxiliar todas as atividades desenvolvidas pelos Agentes Administrativos, Fiscal de Tributos Municipais e Técnicos, fazer serviços de banco, correios e outros órgãos ou empresas de relacionamento com a Prefeitura e seus órgãos, operar todo tipo de equipamento de dados, fazer cópia e arquivamento de documentos, fazer atendimento ao público no balcão e ao telefone”.

Art. 2º- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a inserir o texto acima acrescido no anexo I da referida Lei.

Art. 3º- Esta Lei Complementar n. 022, entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de maio de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de maio de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 023/2009

LEI COMPLEMENTAR N. 023, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

“INSTITUI NOVO NÍVEL E REMUNERAÇÃO PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR JURÍDICO CONSTANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 016 DE 04 DE JULHO DE 2007, INSTITUI NOVA REMUNERAÇÃO PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Erval Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do art. 34, I, da Lei Orgânica deste Município, colocou a apreciação do Plenário e este aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º- Fica criado o nível CC-4 para o cargo comissionado de assessor jurídico da Câmara de Vereadores, com remuneração

fixada em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 2º- Fica fixada a remuneração do cargo comissionado de secretária executiva, nível CC-1 da Lei Complementar nº 001/91, no valor de R\$ 880,44 (oitocentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1182/2009

LEI N. 1182, DE 14 DE MAIO DE 2009.

AUTORIZA A RECEBER POR DOAÇÃO COM ENCARGOS, BENFEITORIAS, PROCEDER REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação do Conselho Comunitário de Erval Velho todas as Benfeitorias constantes no Complexo Esportivo (Ginásio de Esportes, Canchas de Bolão, Bocha e demais anexos) tudo conforme laudo de avaliação e Ata autorizativa do referido Conselho.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento das dívidas trabalhistas apuradas pelo Conselho as quais estão discriminadas na Ata da Assembléia e que são as seguintes:

Encargos Trabalhistas com Encargos e Juros		
Salário Dirce Zancanaro	R\$ 10.869,91	
Salário José Luiz D' Agostini	(R\$13.689,94)	Suprimido por Emenda Legislativa
INSS	R\$ 17.500,00	
FGTS	R\$ 903,00	

	29.272,91	

§ único - Os valores acima mencionados serão pagos diretamente aos credores.

Art. 3º- Para cobrir as despesas advindas da presente Lei fica o Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial utilizando superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 4º- Esta Lei n. 1182, entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de maio de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 14 de maio de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1183/2009

LEI N. 1183, DE 14 DE MAIO DE 2009.

DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI 1057, DE 05 DE MAIO DE 2005 QUE ATRIBUI COMPETÊNCIA E DEFINE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º O Conselho Municipal de Saúde – CMS, órgão de composição paritária entre instituições públicas e sociedade civil organizada, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde criado pela Lei 1057, de 05 de maio de 2005 passa a ter a competência e composição a seguir definida.

Artigo 2º Ao Conselho Municipal de Saúde, como órgão permanente e deliberativo, compete:

I – Estabelecer e avaliar a Política Municipal de Saúde, propondo medidas que julgar necessário ao cumprimento da finalidade do Sistema Municipal de Saúde;

II – Avaliar o desempenho do Sistema Único de Saúde – SUS, emitindo parecer sobre o assunto;

III – Apreçar e manifestar-se, quanto a sua eficiência, toda medida relacionada ao desenvolvimento da Política Municipal de Saúde.

Artigo 3º O Conselho Municipal de Saúde é constituído por representantes das seguintes áreas de interesse público e atuação da Administração Pública:

I – 02 (dois) representantes do Governo;

II – 02 (dois) representantes de trabalhadores da Saúde;

III – 04 (quatro) representantes de usuários da Saúde;

§ 1º As entidades da sociedade civil de representação de classes ou outras representativas do interesse da Comunidade, bem como as áreas de atuação do Governo, e os cargos ou funções da Saúde, dos quais serão indicados, respectivamente os representantes dos usuários da Saúde, representantes do Governo e representantes dos trabalhadores da Saúde serão definidos por ato específico do Chefe do Executivo.

§ 2º O presidente do Conselho será indicado pelo Chefe do Poder Executivo dentre os membros. Nas faltas e impedimentos eventuais do Presidente, presidirá as sessões aquele que for escolhido pelos demais membros presentes.

§ 3º Os membros titulares serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por suplentes previamente designados.

Artigo 4º O apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde, será prestado por grupos técnicos constituídos com finalidade específica e por um Secretário Executivo, designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único – Compete ao Secretário Executivo:

I – orientar, articular, coordenar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos técnicos e administrativos, para que os objetivos, metas e cronogramas sejam cumpridos e executados nos prazos estabelecidos;

II – elaborar relatórios trimestrais de trabalho, submetendo-os à consideração do Conselho;

III – secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas atas em livro próprio.

Artigo 5º A organização funcional e o detalhamento da competência do Conselho Municipal de Saúde – CMS, será definido em Regimento Interno, aprovado por Resolução do Conselho.

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei 1057, de 05 de maio de 2005 e suas alterações anteriores a presente Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de maio de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 14 de maio de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1184/2009

LEI N. 1184, DE 21 DE MAIO DE 2009.

DECLARA BENS IMÓVEIS INSERVÍVEIS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, AUTORIZA DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica declarado como inservíveis para uso da Administração Pública Municipal os imóveis abaixo descritos:

a) Um terreno rural com a área de 2.000,00 m2 (dois mil metros quadrados) sem benfeitorias, localizado na Linha Santa Lúcia, matrícula nº 1.822, registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC;

b) Um terreno rural com a área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), com uma edificação de alvenaria onde funcionava a “Escola Isolada Rio Leão”, localizado na Comunidade de Ponte do Leão, matrícula nº R.3 – 8.211, registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC;

c) Um terreno rural com a área de 1.200,00 m2 (hum mil e duzentos metros quadrados), com uma edificação de alvenaria onde funcionava a Escola Isolada Estadual “Colônia Planalto”, localizado na Comunidade de São Roque, matrícula nº R.3 – 7.829 do registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC;

d) Um terreno rural com a área de 846,00 m2 (oitocentos e quarenta e seis metros quadrados), com uma edificação em alvenaria onde funcionava a “Escola Canhadão”, localizado na Comunidade de Canhadão, matrícula nº R.3 8.611 do registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC;

e) Um terreno rural com a área de 2.000,00 m2 (dois mil metros quadrados), com uma edificação de alvenaria onde funcionava a Escola “Salto do Leão”, localizado na Comunidade de Salto do Leão, matrícula nº R.3 - 8.013 do registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC;

f) Um terreno rural com a área de 1.500,00 m2 (hum mil e quinhentos metros quadrados), com edificação de alvenaria onde funcionava a “Escola Nossa Senhora da Saúde”, localizado na Comunidade de Nossa Senhora da Saúde, matrícula nº 7 R.3-5.310, do registro de imóveis da Comarca de Campos Novos –SC.

g) Um terreno rural com a área de 800,00 m2 (oitocentos metros quadrados), com edificação de alvenaria onde funcionava a “Escola Monte Alegre”, localizado na Comunidade de Monte Alegre, matrícula nº R.3-9.723, do registro de imóveis da Comarca de Campos Novos – SC.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar a Instituições Sociais sem fins lucrativos os imóveis mencionados no artigo anterior como abaixo descremina:

I – O imóvel descrito na alínea “a” será doado ao Clube de Mães Lírios do Campo, CNPJ nº 05.537.322/0001-98;

II – O imóvel descrito na alínea “b” será doado a Associação de Mulheres Ponte do Rio Leão, CNPJ nº 00.059.224/0001-79;

III – O imóvel descrito na alínea “c” será doado ao Clube de Mães São Roque, CNPJ nº 80.640.808/0001-72;

IV – O imóvel descrito na alínea “d” será doado ao Clube de Mães Renascer, CNPJ nº 05.683.204/0001-98;

V – O imóvel descrito na alínea “e” será doado ao Clube de Mães Nossa Senhora dos Navegantes, CNPJ nº 05.421.697/0001-98.

VI – O imóvel descrito na alínea “f” será doado a Associação de Produtores Rurais de Nossa Senhora da Saúde, CNPJ nº 10.586.191/0001-79;

VII – O imóvel descrito na alínea “g” será doado ao Clube de Mães Monte Alegre, CNPJ nº 73.788.838/0001-65.

Art. 3º- Fica o Poder Executivo Municipal após a entrada em vigência desta Lei, autorizado a assinar Termo de Doação, Escritura Pública e quaisquer outros documentos necessários para a transferência dos referidos imóveis.

Parágrafo único – As despesas decorrentes de certidões, escritura e outras necessárias para a transferência correrão todas por conta dos beneficiários, inclusive as decorrentes de plantas, honorários de Engenheiro, INSS e outras de registro para regularização e averbação das edificações ainda não averbadas.

Art. 4º - Em hipótese alguma as entidades beneficiadas poderão vender os referidos imóveis.

Parágrafo único – Poderão no entanto se aprovado em assembléia e comprovado interesse comunitário permutar por outro imóvel.

Art. 5º – Em caso de extinção da entidade, o imóvel retornará ao Município independente de quaisquer indenizações, inclusive as benfeitorias e instalações realizadas pelas entidades após o recebimento dos mesmos.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de maio de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de maio de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1185/2009

LEI N. 1185, DE 21 DE MAIO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N. 1125, DE 16 DE MARÇO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica alterado o inciso III, do artigo 5º, da Lei Municipal n. 1125, de 16 de março de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

III – pagamento pela entidade concedente, de bolsa de estudos

ou de qualquer outra forma de contraprestação especificada no convênio e no termo de compromisso, no valor de R\$ 232,50 (duzentos e trinta dois reais e cinquenta centavos) por mês.

Art. 2º - O vencimento fixado por esta Lei aplica-se à competência do mês de fevereiro de 2009 em diante.

Art. 3º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão a conta de recursos financeiros do orçamento vigente no exercício.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de maio de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de maio de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1186/2009

LEI N. 1186, DE 04 DE JUNHO DE 2009.

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERVAL VELHO – ESTADO DE SANTA CATARINA.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Erval Velho, SC, criado pela Lei nº 0847/97, sob a sigla CME, em caráter permanente, tem por finalidade deliberar sobre a organização e funcionamento do Ensino no Município de Erval Velho.

Artigo 2º - O CME terá, além das atribuições que lhes forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação CEE, as seguintes:

I – Zelar pelo cumprimento da Legislação aplicável à Educação e ao Ensino;

II – Propor Diretrizes Educacionais;

III – Assessorar o Governo Municipal na formulação de Políticas e Planos Educacionais;

IV – Propor escala de prioridades na elaboração de proposta orçamentária da Secretaria Municipal de Educação;

V – Emitir pareceres sobre questões de natureza educacional no âmbito da Rede Municipal de Escolas e, para as demais redes com base na competência que lhes forem delegadas pelo CEE;

VI – Acompanhar o levantamento anual da população em idade escolar propor alternativas para o seu atendimento;

VII – Incentivar a integração entre as diversas Redes de ensino existentes no Município;

VIII – Estudar e sugerir medidas que visem a expansão qualitativa e quantitativa do Ensino Municipal.

Artigo 3º - O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, compõe-se de:

I – 01(um) Representante da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes;

II – 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Saúde Habitação e Bem Estar Social;

III – 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IV – 01 (um) Representante da Câmara Municipal de Vereadores;

V – 01 (um) Representante da APP da Rede Municipal de Ensino;

VI – 01 (um) Representante dos Professores da Rede Estadual de Ensino;

VII – 01 (um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VIII – 01 (um) Representante do Clube de Dirigentes Lojistas – CDL.

Parágrafo 1º - Cada titular terá um Suplente, nomeado da mesma forma que aquele.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros e seus Suplentes serão nomeados por ato próprio do Prefeito Municipal, a partir de indicação das entidades e categorias.

Parágrafo 3º - Todos os Conselheiros e seus suplentes deverão ter domicílio em Erval Velho.

Parágrafo 4º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo haver substituições a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas.

Artigo 4º - A estrutura e o funcionamento do Conselho serão estabelecidos em regimento próprio, aprovado por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros e homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 0847/97.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 04 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 04 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1187/2009

LEI N. 1187, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º- O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, integrante da Secretaria Municipal e Agricultura e Meio Ambiente de Erval Velho criado pela Lei n. 1102 de 19 de junho de 2006, é órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais dispostas nesta e demais leis do Município.

Artigo 2º - Ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA compete:

I – formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do Município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II – A proposta de elaboração de normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental no Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinentes;

III – exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;

IV – obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento de atividades de interesse ambiental dos órgãos

públicos, entidades públicas e privadas e da comunidade;

V – atuar no sentido da conscientização pública para a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do Município;

VI – subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988;

VII – solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do Município na área ambiental;

VIII – propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX – opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental no Município.

X – identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XI – opinar sobre a realização de estudos sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XII – acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIII – receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XIV – acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

XV – opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente ao desenvolvimento do Município;

XVI – opinar quando solicitado sobre a emissão de alvará de localização e funcionamento no âmbito municipal de atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XVII – deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando a participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XVIII – propor ao Executivo Municipal a instituição de unidade de conservação visando a proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

XIX – responder a consulta sobre matéria de sua competência;

Artigo 3º - O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente será prestado pela Prefeitura, através do órgão executivo municipal de meio ambiente ou órgão a que o CMMA estiver vinculado.

Artigo 4º - O CMMA será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I – Representantes do Poder Público:

a) Um presidente, designado pelo Chefe do Poder Executivo;

b) Um representante do Poder Legislativo Municipal designado

pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

c) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde, Promoção Social e Habitação;

d) Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

II – Representantes da sociedade civil:

a) dois representantes de setores organizados da sociedade, tais como: Associação do Comércio, da Indústria, Clube de Serviços, Sindicatos e órgãos comprometidos com a questão ambiental;

b) dois representantes de entidades civis criadas com o objetivo de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do Município;

Parágrafo único. Os conselheiros municipais de meio ambiente, que se refere no caput deste artigo agem de forma voluntária em benefício da melhoria da qualidade de vida e não recebem pagamento ou benefícios pelos serviços prestados.

Artigo 5º - Cada membro do Conselho terá um suplente, indicado na mesma forma que o titular, que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência.

Artigo 6º - A função dos membros do CMMA é considerada serviço de relevante valor social.

Artigo 7º - As sessões do CMMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.

Artigo 8º - O mandato dos membros do CMMA é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Artigo 9º - Os órgãos ou entidades mencionadas no artigo 4º poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CMMA.

Artigo 10º - O não comparecimento do Conselho a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 (doze) meses, implica na sua exclusão do CMMA.

Artigo 11º - O Regimento Interno do CMMA será sempre constituído e alterado pelo Conselho e aprovado por Decreto do Prefeito Municipal com direito a veto.

Artigo 12º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Artigo 13º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 14º- Ficam revogadas as disposições em contrário, expressamente a Lei n. 1102 de 19 de junho de 2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1188/2009

LEI N. 1188, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho –

Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC convênio no sentido de conceder estágio ao pessoal discente da conveniente nos termos da legislação vigente e das disposições dos termos de convênio anexo.

Art 2º- A partir da assinatura do presente termo de convênio, fica expressamente revogado o convênio nº 30/UNOESC/06, firmado em 07/06/2006, autorizado pela Lei 1046, de 01 de março de 2005.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

CONVÊNIO N.º ____/UNOESC/09

Convênio que entre si celebram a Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba, mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, e MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, com a finalidade de concessão de vagas de estágio.

Aos ____ (_____) dias do mês de _____ de 2009, no Município de Joaçaba/SC, de um lado a Universidade do Oeste de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de Unoesc, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 84.592.369/0001-20, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, n.º 2125, Flor da Serra, na cidade de Joaçaba(SC), mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de Funoesc, representada pelo seu Reitor, Professor ARISTIDES CIMADON, portador da Carteira de Identidade n.º 3.620.711 e inscrito no CPF sob o n.º 180.891.009-53, doravante denominada de CONVENIENTE, e do outro lado, MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, inscrito(a) sob o CNPJ n.º 82.939.422/0001-91, estabelecido(a) na Rua Nereu Ramos, n.º 204, Centro, no Município de Erval Velho – SC, CEP 89.613-000, telefone (49) 3542 1222 , email: administracao@ervalvelho.sc.gov.br, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor(a) Prefeito(a) LENITA DADALT FONTANA, inscrito(a) no CPF sob o n.º 065.754.989-49, doravante denominado(a) de CONVENIADO(A), e tendo em vista conceder vagas de estágio desta Instituição de Ensino, firmam o presente Convênio em conformidade com a Lei Municipal nº_____, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente termo de Convênio regular as condições de realização de estágios de alunos de graduação da UNOESC, nos seus respectivos campi e unidades administrativas.

1.2. Para fins deste Convênio, entende-se como estágio as atividades proporcionadas ao acadêmico pela participação em situações reais de vida e de trabalho ligadas à sua área de formação.

1.3. Os estágios terão carga horária semanal de atividade e duração de acordo com as normas dos Regulamentos Internos dos Cursos/Áreas, obedecida a legislação em vigor, devendo estas informações estar explicitadas no Plano de Atividades de Estágio – PAE.

1.4. O prazo de realização do estágio poderá ser renovado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES:

2.1 Conceder estágio ao pessoal discente da CONVENIENTE, nos termos da legislação vigente e das disposições deste Termo de Convênio.

2.2 Facultar a concessão de bolsa de estágio ou outra forma de contraprestação aos alunos da CONVENIENTE, quando houver interesse do(a) CONVENIADO(A), no caso de estágio curricular obrigatório, sendo compulsória a sua concessão, bem como auxílio transporte e seguro contra acidentes pessoais, no caso de estágio curricular não-obrigatório.

2.3 Encaminhar os estagiários dentro das normas estabelecidas pelas partes, sempre que verificada a necessidade pedagógica.

2.4 Firmar os Termos de Compromisso de Estágio (TCE) para os seus estagiários, através das respectivas Coordenadorias de Estágios dos Cursos e/ou outro órgão equivalente na IES.

2.5 Indicar, se constatada a necessidade, a substituição de estagiários.

2.6 Fixar o número de vagas de estágios ofertadas por semestre letivo, pelas áreas de formação e informar mutuamente estas disponibilidades, para a devida divulgação, recrutamento e encaminhamento.

2.7 Designar um professor orientador, por parte da CONVENIENTE, e um supervisor de estágio, por parte do(a) CONVENIADO(A), para acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários.

2.8 Selecionar os estagiários dentre os alunos encaminhados.

2.9 Informar, periodicamente, o desempenho dos estagiários.

2.10 Indicar, para ser substituído, o estagiário que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio.

2.11 Assegurar local próprio de trabalho, promover políticas de integração social e mecanismos que visem a preservar a vida e a saúde do estagiário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO TERMO DE COMPROMISSO E DO PROGRAMA DE ATIVIDADES

3.1 Em decorrência do presente Convênio, firmar-se-á para cada estagiário os seguintes documentos:

a) TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE, entre o acadêmico, o(a) CONVENIADO(A) e a CONVENIENTE;

b) PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO – PAE, encaminhado pelo estagiário ao Professor Orientador do Estágio do Curso de origem do estagiário, para aprovação do mesmo, nos termos da legislação vigente;

c) Formulário de Avaliação de Relatório Final.

3.2 Os itens a e b acima mencionados comprovam a inexistência de vínculo empregatício, mediante o atendimento das condições básicas para a realização de ESTÁGIO de estudante neles explicitados.

3.3 As atividades a serem desenvolvidas devem permitir a aprendizagem profissional, social e cultural do estagiário e ser compatíveis com as disciplinas cursadas ou a ser cursadas pelo mesmo, oferecendo a CONVENIENTE, sempre que necessário, subsídios que possibilitem a supervisão, o acompanhamento e a avaliação dos estágios.

CLÁUSULA QUARTA – DO SEGURO

4.1 Compete à CONVENIENTE (Unoesc) efetuar mensalmente pagamento do Seguro de Acidentes Pessoais para os estagiários, quando estes estiverem em estágio curricular obrigatório, podendo, a(o) CONVENIADO(A) assumir tal encargo.

4.2 Compete ao(a) CONVENIADO(A) (ENTIDADE) efetuar mensalmente pagamento do Seguro de Acidentes Pessoais para os estagiários, quando estes estiverem em estágio curricular não-obrigatório.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BOLSAS DE ESTÁGIO

5.1 O(A) CONVENIADO(A) concederá, quando se tratar de estágio curricular não-obrigatório, Bolsas de Estágio ou outra forma de contraprestação aos alunos da CONVENIENTE, cujo valor será

fixado no Termo de Compromisso de Estágio (TCE).

5.2 É facultativa a concessão de bolsa, pelo(a) CONVENIADO(A), ao acadêmico de estágio curricular obrigatório.

5.3 O pagamento da Bolsa de Estágio será efetuado pelo(a) CONVENIADO(A).

5.4 Os acadêmicos admitidos como estagiários não terão qualquer vínculo empregatício com a CONVENIENTE e com o(a) CONVENIADO(A), conforme dispõe a legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 Quaisquer acréscimos ou alterações no presente Termo de Convênio deverão constar em Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente Convênio terá vigência a contar da data de sua assinatura e término em 31/12/2012, podendo suas disposições ser alteradas, a qualquer tempo, por mútua concordância das partes convenientes, bem como ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso escrito com 15 (quinze) dias de antecedência, resguardando, no entanto, os termos de compromisso de estágio em vigor.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Este instrumento poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante denúncia por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por inadimplência de suas Cláusulas e demais situações previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elege-se, pelo presente, o foro da Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste Instrumento.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Convênio, depois de lido e achado conforme, assinado pelos partícipes na presença das testemunhas abaixo, dele extraindo-se 03 (três) vias de igual teor, para que produza efeitos legais.

ARISTIDES CIMADON
Reitor da Unoesc
Conveniente

LENITA DADALT FONTANA
Prefeito(a)
Conveniada(o)

Testemunhas:

01. Marlize Kandler Bittencourt
CPF: 007.814.699-29

02.
CPF:

Lei 1189/2009

LEI N. 1189, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional conforme plano de trabalho anexo com a finalidade de pagar despesas decorrentes da estiação.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação da corrente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1190/2009

LEI N. 1190, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO ERVAL VELHO A FILIAR-SE À FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a filiar o Município de Erval Velho à Federação Catarinense de Municípios – FECAM, portadora do CNPJ nº 75.303.982/0001-90, com sede na Praça XV de Novembro, nº 270 – Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e manter em dia as contribuições financeiras mensais, aprovadas em assembléia geral da entidade. Conforme resolução 05/2008, fixado os valores de R\$ 500,00 mensais para o exercício 2009 e R\$ 700,00 mensais para 2010 e subseqüentes.

Art 2º- A despesa decorrente da aplicação desta Lei ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária: 41 - CONTRIBUIÇÕES.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1191/2009

LEI N.1191, DE 15 DE JUNHO DE 2009

AUTORIZA A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE E/OU A AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, doravante denominado BRDE, a operação de crédito até o limite de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

Parágrafo Único - O valor da operação de crédito está condicionado a obtenção pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao Endividamento Público através de Resoluções emanadas pelo Senado Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas do BRDE.

Art. 3º - Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, serão aplicados na aquisição dos seguintes bens:

Uma Retroescavadeira Traçada

Uma Motoniveladora

Um Caminhão Toco equipado com caçamba basculante

Art. 4º - Em garantia das operações de crédito, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder ao BRDE, parcelas da cota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 5º - Para garantir o pagamento do principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes das operações referidas nesta Lei, o Chefe do Executivo poderá outorgar ao BRDE, dar quitação das referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.

Art. 6º - O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Executivo com a entidade financiadora.

Art. 7º - Anualmente, a partir do exercício financeiro subseqüente ao da contratação das operações de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios das dívidas contratadas.

Art. 8º - O Poder Executivo, poderá utilizar-se da licitação de registro de preços realizada pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1192/2009

LEI N. 1192, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA A ALIENAR ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO BEM IMÓVEL INSERVÍVEL PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Poder Público Municipal autorizado a alienar através de leilão público o imóvel abaixo descrito.

Um terreno rural com área de 1.200,00 m² (Hum mil e duzentos metros quadrados) com um prédio de alvenaria medindo 71.90 m²

(Setenta e um metros e noventa e um centímetros quadrados) localizado na Linha Volta Grande Mat. N° 25.674 do registro de imóveis da comarca de Campos Novos, avaliado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art 2º- O preço atribuído ao imóvel descrito no Art.1º é o constante no laudo de avaliação anexo a Lei 1170 de 29 de dezembro de 2008 que declarou o mesmo como inservível para uso da Administração Municipal.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes do processo de regularização para averbação da edificação tais como: plantas, honorários de engenheiros, INSS e custos de registro correção por conta do adquirente.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1315/2009

DECRETO N° 1.315, DE 10 DE JUNHO DE 2009.

Classifica imóveis das respectivas zonas de influência, para fins de cobrança de contribuição de melhoria, referente às obras realizadas nas Ruas Vereador Luiz Dorini, José Florindo, Francisco Fattori e Rivaldallo Bittencourt, decorrentes do processo licitatório n° 065/2008.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor e considerando o disposto nos artigos 329 a 343 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Classifica os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria:

RUA RIVADALO BITTENCOURT

I – LADO DIREITO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel N°	Inscrição Cadastral Sob N°	Proprietário	Testada Principal(M)
001	700-5	01.01.07.0051.0285.001	BRUNO AMALCABURIO	16,00
002	918-0	01.01.07.0051.0331.001	CLEUDES APARECIDA BITTENCOURT	13,00
003	701-3	01.01.07.0051.0344.001	ELSO NERI ALVES DOS SANTOS	15,00
004	702-1	01.01.07.0051.0357.001	HONORINO RECALCATTI	14,00
005	703-0	01.01.07.0051.0375.001	LEVI TONIAL	14,00
006	685-8	01.01.07.0051.0001.001	WILLIAN KLING PASINATO	16,00
TOTAL				88,00

II – LADO ESQUERDO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel N°	Inscrição Cadastral Sob N°	Proprietário	Testada Principal(M)
001	708-0	01.01.07.0052.0075.001	PREF. MUN. DE ERVAL VELHO	32,70
002	707-2	01.01.07.0052.0051.001	ÂNGELO HENRIQUE DOTTI	13,00
003	706-4	01.01.07.0052.0038.001	AUGUSTA SOELI KUNERT	13,00
004	705-6	01.01.07.0052.0020.001	ILUI SEBASTIÃO DE CAMPOS	18,00
005	704-8	01.01.07.0052.0001.001	ARISTIDES ALEXANDRE	20,00
TOTAL				96,70

RUA VEREADOR LUIZ DORINI

I – LADO DIREITO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel N°	Inscrição Cadastral Sob N°	Proprietário	Testada Principal(M)
001	685-8	01.01.07.0051.0001.001	WILLIAN KLING PASINATO	15,34
002	686-6	01.01.07.0051.0013.001	IVONETE APARECIDA ALEXANDRE	13,66
003	687-4	01.01.07.0051.0031.001	LUIZINHO PASINATTO	13,00
004	688-2	01.01.07.0051.0043.001	SILVIO FERREIRA LOPES	13,00
005	689-0	01.01.07.0051.0068.001	SILVIO FERREIRA LOPES	25,00
006	690-4	01.01.07.0051.0081.001	LUCIA E LOURDES CIARNOSKI	30,00
TOTAL				110,00

II – LADO ESQUERDO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 48, 51, 52

Ordem	Imóvel N°	Inscrição Cadastral Sob N°	Proprietário	Testada Principal(M)
001			MAFALDA CIARNOSKI	122,66
TOTAL				122,66

RUA FRANCISCO FATTORI

I – LADO DIREITO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel Nº	Inscrição Cadastral Sob Nº	Proprietário	Testada Principal(M)
001	649-1	01.01.07.0049.0070.001	IVETE DE FÁTIMA DANIELLI	30,00
002	650-5	01.01.07.0049.0115.001	NEUZILDO RENATO AMALCABURIO	12,00
003	651-3	01.01.07.0049.0127.001	SUELY LIBERA SERNAJOTTO	13,00
004	652-1	01.01.07.0049.0140.001	WILSON JOÃO CANAL	12,00
005	653-0	01.01.07.0049.0152.001	CLODIMAR MASCARELLO	13,00
006	654-8	01.01.07.0049.0165.001	DALVA FORMIGHEIRI	30,00
TOTAL				110,00

II – LADO ESQUERDO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel Nº	Inscrição Cadastral Sob Nº	Proprietário	Testada Principal(M)
001	700-5	01.01.07.0051.0285.001	BRUNO AMALCABURIO	30,00
002	699-8	01.01.07.0051.0273.001	ADÃO ALTAMIR MORAES	12,00
003	698-0	01.01.07.0051.0260.001	AUGUSTO H. BITTENCOURT	13,00
004	697-1	01.01.07.0051.0248.001	CELITO ALVES	12,00
005	696-3	01.01.07.0051.0235.001	CELITO ALVES	12,00
006	695-5	01.01.07.0051.0189.001	LODAIR CIARNOSKI	30,00
TOTAL				109,00

RUA JOSÉ FLORINDO

I – LADO DIREITO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel Nº	Inscrição Cadastral Sob Nº	Proprietário	Testada Principal(M)
001	611-4	01.01.07.0047.0069.001	ALZIRA MARIA DANIELI	30,00
002	612-2	01.01.07.0047.0115.001	CLODIMAR MASCARELO	12,00
003	613-0	01.01.07.0047.0127.001	VENÂNCIO MASCARELLO	13,00
004	613-9	01.01.07.0047.0140.001	MOACIR JOSÉ DANIELLI	25,00
005	616-5	01.01.07.0047.0165.001	RODOLFO AMALCABURIO	30,00
TOTAL				110,00

II – LADO ESQUERDO

Distrito: 01

Setor: 07

Quadra: 47, 49, 51, 52

Ordem	Imóvel Nº	Inscrição Cadastral Sob Nº	Proprietário	Testada Principal(M)
001	644-0	01.01.07.0049.0001.001	JOSÉ LINDOMAR RECALCATTI	30,00
002	664-5	01.01.07.0049.0347.001	JULIO CESAR REINALDO	12,00
003	663-7	01.01.07.0049.0334.001	IVAR SERNAJOTTO	13,00
004	662-9	01.01.07.0049.0322.001	MARIA ANTONINHA DE SOUZA	12,00
005	661-0	01.01.07.0049.0309.001	LAUDELINO PEDROSO	13,00
006	660-2	01.01.07.0294.0049.001	OSMAR JOSÉ STORTI	15,00
007	659-9	01.01.07.0263.0049.001	ADAIR STUMER	15,00
TOTAL				110,00

A presente classificação decorre do procedimento licitatório nº 065/2008, conforme planta topográfica integrante daquele instrumento.

Revogam-se as disposições em contrário.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto, em 10 de junho de 2009

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1316/2009

DECRETO 1316, de 15 de junho de 2009.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e considerando o disposto na Lei Municipal 0781, de 15 de dezembro de 1994 e Lei Municipal 946, de 06 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Municipal de Trânsito do Município de Erval Velho, para um mandato de dois anos, que passa a ser constituída pelos seguintes membros:

I – CLAUDIR SUTIL – Representante da Polícia Militar;

II – JOÃO CELSO FREITAS FILHO – Representante da Polícia Civil;

III – IRINEU ANTUNES DOS SANTOS – Representante do Poder Executivo;

IV – MARCOS ANTONIO PARMAGNANI – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;

V – ANTONIO CARLOS PARISENTI – Representante do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VI – RITA CRISTINA MORAIS HUGEN COELHO – Representante do Poder Legislativo.

Art. 2º. O desempenho do mandato dos membros nomeados por este Decreto, será gratuito e será considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Erval Velho".

Art. 3º. Com fundamento no artigo 1º inciso V da Lei 0781/94 fica designada a presente comissão para as funções descritas no artigo 3º e incisos da Lei 946/2001.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, expressamente o Decreto nº 1313 de 09 de junho de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 15 de junho de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 15 de junho de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Garuva

Prefeitura Municipal

Alteração de Edital N° 006/2009 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ALTERAÇÃO DE EDITAL
Processo Adm. N° 006/2009

Modalidade : Tomada de Preço para Serviços

Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA PLANEJAMENTO DE AÇÕES, TREINAMENTO E SUPERVISÃO DAS EQUIPES, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE ATENÇÃO BÁSICA(SIAB) PARA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) E ESTRATÉGIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (EACS).

Onde se lê:

Planilha: 40 horas

Entrega e abertura dos Envelopes: 30/06/2009 as 14:00 horas.

Lê-se:

Planilha: 240 horas

Entrega e abertura dos Envelopes: 02/07/2009 as 14:00 horas

Garuva, 15 de junho de 2009.

IVANDRO SERGIO LOPES
Comissão de Licitações

Gaspar

Prefeitura Municipal

Errata ao Decreto N° 3.469/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.469, de 21 de maio de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 246, de 25 de maio de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

Estado de Emergência

Leia-se:

Situação de Emergência

Onde se lê:

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre violento, agravado por deslizamentos, alagamentos e pela previsão da continuidade de chuvas, nos próximos dias.

Leia-se:

Considerando a manutenção do abrigo que está ocupado por aqueles que ainda não podem voltar para suas moradias, assim como a interdição de diversas residências que permanecem em área de risco,

Gaspar - SC, 01 de junho de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Lei N° 2.703/2009

LEI N°. 2.703/2009.

"AUTORIZA BAIXAR DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DOAR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA 01 (UMA) BANDEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC)".

PREFEITO MUNICIPAL:

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a baixar do Patrimônio Público Municipal e proceder a Doação de 01 (uma) Bandeira Oficial do Município de Herval d'Oeste (SC), para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com registro no Patrimônio Público Municipal sob o nº. 004.001.001.001.011661.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Herval d'Oeste (SC), 15 de junho de 2009.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Lei N° 2.704/2009

LEI N°. 2.704/2009.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP da ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ESTAÇÃO LUZERNA", Entidade Civil, sem fins lucrativos, situada à Rua Nereu Ramos, nº 5808, Bairro Estação Luzerna, Herval d'Oeste (SC), com Estatutos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ nº. 83.686.725/0001-02.

Art. 2º. Ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos na legislação vigente pertinentes à matéria, à Entidade supracitada.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 15 de junho de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Lei N° 1.423/2009

LEI N° 1.423/2009, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE MATERIAIS PROVENIENTES DA DEMOLIÇÃO DO PRÉDIO DE ESCOLA INATIVADA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO TAMANDUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Irineópolis, devidamente autorizado a alienar em forma de doação, dispensada a concorrência pública nos termos do Inciso II, do Artigo 94, da LOM, à Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Tamanduá, com sede na localidade de Bom Sossego I, os materiais provenientes da demolição de um prédio em alvenaria, medindo 68,04 m² (sessenta e oito vírgula zero quatro metros quadrados), da escola inativada pelo Decreto nº 1.411/2005, a ser retirado do local.

Art. 2º - Os materiais do prédio doado na forma do Artigo antecedente, têm como finalidade a construção de uma sede própria na referida localidade.

Art. 3º - Por ocasião da entrega a Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Tamanduá, com sede na localidade de Bom Sossego I, neste município, dos materiais ora doado, fica o setor de Patrimônio autorizado a dar baixa do referido bem.

Art. 4º - A doação a que se refere esta Lei, terá sempre caráter de irretratabilidade e de irrevogabilidade.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, 15 de junho de 2009.

WANDELEI LEZAN

Prefeito Municipal

Decreto N° 1.914/2009

DECRETO N° 1.914 DE 15 DE JUNHO DE 2009.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 15 de junho de 2009 a 31 de dezembro de 2.008, à "ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA SERRINHA", inscrito no CNPJ sob o nº 07.863.267/0001-51, Município de Irineópolis - SC, o uso gratuito dos bens móveis abaixo especificado:

Distribuidor de adubo orgânico liq. Mod. DAOL 4000, capac. P/4000 lts, equipado com bomba lobular 4"nr. 1208/03/mangueira de carga, esguicho/leque, canhão lateral e demais acessórios, serie 2003/10, com rodas e pneus 7,50x16 - serie nº 08.16.901, marca Mepel, Placa do Patrimônio nº 4610.

Distribuidor de Calcário com capacidade de 2.500 KG, esteira de 50 cm, com rodas e pneus 7,50x16, marca Jumil, modelo JM LD 2050TT, Placa Patrimônio nº 4123.

Colhedora de Forragem com 08 facas, potencia mínima 50 CV, marca Jumil Modelo JMA 100SH, Placa do Patrimônio nº 4263.

Art. 2º - Os bens móveis em referência, deverão ser utilizados pelo Permissionário, junto a Comunidade de Serrinha dos Gonçalves, neste município, sendo o Permissionário responsável pelo bens acima referidos.

Art. 3º - Os bens acima relacionados são entregue ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo, ser devolvido ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2012.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 15 de junho de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Luzerna

Prefeitura Municipal

Decreto 1089

DECRETO Nº 1089 de 03 de junho de 2009.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 14 - Transferência do SUS, na destinação 000010 - Programa de Saúde da Família/PSF, criando a Modalidade de Aplicação, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2009, atribuído a atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Destinação de Recursos - 0.6.14 - Transferência do SUS
Detalhamento das Destinações de Recursos - 000010 - Programa de Saúde da Família/PSF..... R\$ 2.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 03 de junho de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1090

DECRETO Nº 1090 de 15 de junho de 2009.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2009".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 18.724,65 (dezoito mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) à conta do superávit financeiro do exercício de 2008, apurado na Fonte 14 - Transferência do SUS, na destinação 000015 - Programa de Vigilância Sanitária, criando a Modalidade de Aplicação, Destinação de Recursos e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2009, atribuído a atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
Destinação de Recursos - 0.6.14 - Transferência do SUS

Detalhamento das Destinações de Recursos - 000015 - Vigilância Sanitária R\$ 18.724,65

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de junho de 2009.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Meleiro

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 166/2009

PORTARIA N.º 166/2009

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora pública municipal IVONIR DE OLIVEIRA BRISTOT, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário,

Meleiro, 16 de junho de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada-se e publicada-se na data supra.

Portaria Nº 167/2009

PORTARIA N.º 167/2009

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000, resolve:

R E T O R N A R

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal ELIS ANGELA SIMONI DAL TOÉ, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento Comp. Mat. Patrimônio, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por término de sua licença.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 16/06/2009.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 063/2009, de 16 de Fevereiro de 2009.

Meleiro, 16 de Fevereiro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Lei Complementar Nº 152

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 16 DE JUNHO DE 2.009.
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS NO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Administração Direta, os cargos de provimento efetivo relacionados no Anexo I desta Lei, com a remuneração prevista no Anexo VII da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008.

Art. 2º Fica criado o Nível ANS-02 no Anexo VII – Tabela de vencimento dos Cargos de Provimento Efetivo, da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, com remuneração de R\$ 802,00 (oitocentos e dois reais), com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Administração Direta, os cargos de provimento em comissão relacionados no Anexo II desta Lei, com remuneração prevista no Anexo III da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, devendo ser observado, se for o caso, a proporcionalidade em relação à carga horária.

Art. 4º Fica criado o Nível DAS-05 no Anexo III, Tabela de vencimento básico dos cargos de provimento em comissão de que trata a Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, com remuneração de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais).

Art. 5º As atribuições dos cargos criados pelos artigos 1º e 2º da presente Lei Complementar, são aqueles constantes dos Anexos III e IV desta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 7º Ficam extintos os seguintes cargos do quadro de pessoal da Administração Direta, Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008:

I - Provimento efetivo, constante do Anexo VI, da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008:

GARI;
CARPINTEIRO;
BORRACHEIRO/LAVADOR;

II - Provimento comissão, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008:

Coordenador Serv. Fiscalização de Obras, Tributos e Posturas;
Coordenador dos Serviços Médicos do SUS.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto–SC, 16 de Junho de 2009.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO I

(Art. 1º da Lei Complementar n. 152, de 16 de junho de 2009)
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Cargos Efetivos	Categorias	Formação Escolar	Classes	Nº de Vagas	Nível
Atendente de Serviços Administrativos Gerais	CARGOS DE ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	2º Grau – nível médio	A. B. C. D. E	02	ATM-01
Auxiliar de Cadastro Geral	CARGOS DE ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	2º Grau – nível médio	A. B. C. D. E	01	ATM-04
Contador	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Superior em Ciências Contábeis	A. B. C. D. E	01	ANS-04
Farmacêutico(a)	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Superior em Farmácia	A. B. C. D. E	01	ANS-02

ANEXO II

(Art. 2º da Lei Complementar nº 152, de 16 de junho de 2009)
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Discriminação	Nº E Cargos	Nível	Carga Horária Semanal
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Diretor Comissão Municipal de Esportes	01	DAS-05	40 Hs
Diretor de Juventude	01	DAS-03	40 Hs
Coordenador de Jovens e Adultos	01	DAI-05	20 hS

ANEXO III

(Art. 4º da Lei Complementar nº 152, de 16 de junho de 2009)
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
E REQUISITOS PARA INGRESSO

Denominação do Cargo	Requisitos Para Ingresso	Atribuições
Atendente de Serviços Administrativos Gerais	2º Grau – nível médio	1. Executar serviços administrativos 2. Digitalizar dados nos diversos setores da Administração Municipal; 3. Auxiliar os departamentos no âmbito de serviços administrativos gerais. 4. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos. 5. Executar tarefas correlatas.
Auxiliar de Cadastro Geral	2º Grau – nível médio	1. Cadastro de produtores rurais 2. Emissão de notas de produtor rural 3. Preenchimento de dados e lançamento econômico agropecuário do Município 4. Fiscalizar e orientar produtores rurais na emissão de Bloco de Produtor Rural. 5. Auxiliar nos serviços de atos administrativos em geral. 6. Demais atividades inerentes ao cargo

Contador

Curso
Superior de
Contabilidade
/ Registro
no Conselho
Regional de
Contabilidade

1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade; controlar as transações financeiras;
2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil;
3. Fiscalizar orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, autarquias e Fundações;
4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal;
5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual);
6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais;
7. Efetuar as prestações de contas;
8. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas;
9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de direito financeiro;
10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações;
11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais;
12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional;
13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado;
14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária;
15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente;
16. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização;
17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu

ANEXO IV

(Art. 4º da Lei Complementar
Nº 152, de 16 de junho de 2009)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Denominação do Cargo	Requisitos para Nomeação	Atribuições
Diretor Comissão Municipal de Esportes		<ul style="list-style-type: none"> - Dirigir, criar, chefiar e assessorar todos os programas, projetos e competições esportivos - Cadastrar, chefiar e dirigir atletas para Jogos da FESPORTE em cada modalidade. (JASC, OLESC, JOGUINHOS E JESC). - Participar e dirigir as ações definidas pela FESPORTE. - Chefiar horários dos professores nas atividades da CME.
Diretor de Juventude		<ul style="list-style-type: none"> - Dirigir, criar, chefiar e assessorar todos os programas e projetos voltados à juventude do Município - Dirigir e chefiar o programa de bolsa de estudos para os estudantes universitários - Dirigir, chefiar e assessorar a implantação de cursos de capacitação profissional para jovens.
Coordenador da Educação de Jovens e Adultos		<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar, orientar, dirigir e assessorar os trabalhos no âmbito dos programas para a Educação de Jovens e Adultos - Orientar, criar e assessorar a execução de políticas públicas voltadas para educação de jovens e adultos do Município

Lei Nº 1361

LEI Nº 1361, DE 16 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO ABORÍGENES TRAIL CLUB". E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de auxílio financeiro à "Associação Aborígenes Trail Club", associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 07.549.148/0001-29, com sede na Avenida Mal. Costa e Silva, neste Município, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

§ 1º O auxílio financeiro objetiva custear despesas relativas ao evento esportivo e cultural denominado "8º Enduro do Túnel, e 7º e 8º Etapa do Catarinense de Enduro de Regularidade", a realizar-se em Pinheiro Preto, no dia 28 de junho de 2009.

§ 2º Os recursos financeiros deverão ser utilizados para fazer frente aos dispêndios com a compra de troféus para os vencedores da competição, mediante apresentação de orçamento, bem como para fazer frente aos dispêndios com a Federação Catarinense de Motociclismo e com a apuração da prova, devendo a beneficiária prestar contas da aplicação dos recursos no prazo de 05 (cinco) dias, devolvendo eventual sobra.

Art. 2º A associação beneficiária deverá comprovar, antes do recebimento dos recursos, regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como prova de regularidade para com o INSS e FGTS.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.362

LEI Nº 1.362, DE 16 DE MAIO DE 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0202..... Secretaria de Educação e Cultura
0202.12..... Educação
0202.12.361..... Ensino Fundamental
0202.12.361.0007..... Educação Básica
0202.12.361.0007.2016.... Manutenção do Transporte Escolar
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Fonte 0101

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0204..... Secretaria de Transporte e Urbanismo
0204.26..... Transporte
0204.26.782..... Transporte Rodoviário
0204.26.782.0021..... Estradas Vicinais
0204.26.782.0021.1022.... Pavimentação de Estradas Vicinais
44900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte 0100

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0213..... Divisão de Cultura, Esporte e Turismo
0213.27..... Desporto e Lazer
0213.27.812..... Desporto Comunitário
0213.27.812.0022..... Desporto Amador
0213.27.812.0022.2018.... Manutenção das Atividades Desportivas e Recreativas
44900000..... Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Fonte 0100

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.098

DECRETO Nº 3.098, DE 16 DE MAIO DE 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0202..... Secretaria de Educação e Cultura
0202.12..... Educação
0202.12.361..... Ensino Fundamental
0202.12.361.0007..... Educação Básica
0202.12.361.0007.2016.... Manutenção do Transporte Escolar
33900000..... Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Fonte 0101

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0204..... Secretaria de Transporte e Urbanismo
0204.26..... Transporte
0204.26.782..... Transporte Rodoviário
0204.26.782.0021..... Estradas Vicinais
0204.26.782.0021.1022.... Pavimentação de Estradas Vicinais
44900000..... Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte 0100

02..... CHEFIA DO EXECUTIVO
0213..... Divisão de Cultura, Esporte e Turismo
0213.27..... Desporto e Lazer
0213.27.812..... Desporto Comunitário
0213.27.812.0022..... Desporto Amador
0213.27.812.0022.2018.... Manutenção das Atividades Desportivas e Recreativas
44900000..... Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
Fonte 0100

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 127

PORTARIA Nº 127, DE 06 DE MAIO DE 2009.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BEM MÓVEL INSERVÍVEL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a existência de bem móvel inservível, consistente no equipamento trator de esteira, pelo que o interesse público reclama a venda de tal bem,

RESOLVE:

Art. 1.º Determinar abertura de processo administrativo para fins de avaliar o equipamento Trator Esteira Komatsu, Modelo D-50, ano 1989, série B5710.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I – Helio Brocardo, motorista;

II – Aldir Rech, Secretário de Agricultura;

III – Valdemar Bogoni, Secretário de Transportes e Obras.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de maio de 2009.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 132

PORTARIA N° 132, DE 08 DE MAIO DE 2009

REVOGA A LICITAÇÃO N° 028/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o parecer exarado pelo Secretário de Agricultura, no sentido de alterar a descrição do equipamento no que tange a capacidade de levante do hidráulico, reduzindo para o mínimo de 2.000 KGF, a fim de propiciar maior número de participantes;

Considerando que tal fato (redução da capacidade de levante do hidráulico) não compromete a qualidade e capacidade da máquina,

RESOLVE:

Art. 1.º Revogar a licitação n° 028/2009, determinando a abertura de novo procedimento, mantidos os característicos da máquina constante do projeto de compra, à exceção da capacidade de levante do hidráulico, que deve ser reduzida para 2.000 KGF.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de Maio de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 142

PORTARIA N° 142, DE 20 DE MAIO DE 2009

HOMOLOGA LICITAÇÃO N° 004/2009 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão de Licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação n° 004/2009, modalidade Tomada de Preços, e adjudica o objeto licitado à empresa SERVIOSTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 03.392.348/0001-60, pelo preço mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 20 de Maio de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito

Portaria N° 153

PORTARIA N° 153, DE 02 DE JUNHO DE 2009

REVOGA A LICITAÇÃO N° 002/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 002/2009, modalidade Concorrência pública, em razão do certame ter sido declarado frustrado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 02 de Junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 156

PORTARIA N° 156, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

HOMOLOGA LICITAÇÃO N° 034/2009 E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação n° 030/2009, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado a empresa DRESCH E CIA LTDA inscrita no CNPJ sob n° 86.547.940/0001-10, pelo preço global de R\$ 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 de Junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 157

PORTARIA N° 157, DE 15 DE JUNHO DE 2009

REVOGA A LICITAÇÃO N° 003/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 003/2009, modalidade Leilão, em razão do certame ter sido declarado frustrado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 15 de Junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N° 158

PORTARIA N° 158, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a continuidade das festividades alusivas aos 47 anos de emancipação político-administrativa do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir Comissão Central Organizadora – CCO, a qual fica encarregada de coordenar as festividades a serem realizadas no Município, nomeando para compô-la, os seguintes servidores:

- I – Agostinho Panceri, Secretário Municipal de Administração;
- II – Geni de Oliveira, Secretária Municipal da Educação,
- III – Aldir Rech, Secretário de Agricultura;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 160

PORTARIA Nº 160, DE 15 DE JUNHO DE 2009.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 034/2009 E ADJUDICA O OBJETO A EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 034/2009, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado a empresa MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 94.510.682/0001-26, totalizando um preço global de R\$ 1.368,00 (um mil e trezentos e sessenta e oito reais)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 15 de junho de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital de Licitação Nº 036/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 036/2009

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02 de julho 2009, licitação modalidade Pregão Presencial n. 036/2009, tendo como objeto, a contratação de tendas, palco, sonorização e iluminação para show de banda musical.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 024/07/2009, até às 10:45 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 11:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 15 de junho de 2009.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 057/2009

CONTRATO Nº 057/2009

OBJETO: Contratação de psicopedagoga

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº025/09

EMPRESA CONTRATADA: VM Treinamentos Pedagógicos

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 27/03/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 065/2009

CONTRATO Nº 065/2009

OBJETO: Aquisição de medicamentos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº022/2009

EMPRESA CONTRATADA: Metromed

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 08/04/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 084/2009

CONTRATO Nº 084/2009

OBJETO: Contratação de readiodifusão

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão nº029/09

EMPRESA CONTRATADA:Radio Videira Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1400,00 (um mil e quatrocentos reais)

DATA DO CONTRATO: 15/05/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 085/2009

CONTRATO Nº 085/2009

OBJETO: Contratação de empresa de destinação de lixo hospitalar

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 004/09

EMPRESA CONTRATADA: Servioeste

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 20/05/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 088/2009

CONTRATO Nº 088/2009

OBJETO: Destinação do lixo domiciliar

LICITAÇÃO: Modalidade Tomada de Preço nº 003/09

EMPRESA CONTRATADA: VT Engenharia Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.396,00 (seis mil trezentos e noventa e seis reais)

DATA DO CONTRATO: 26/05/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 092/2009

CONTRATO Nº 092/2009

OBJETO: Locação e manutenção de softwerw do sistema de controle interno

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº

EMPRESA CONTRATADA: FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.376,36 (dois mil trezentas e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)

DATA DO CONTRATO: 01/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 093/2009

CONTRATO Nº 093/2009

OBJETO: Aquisição de Horas/maquina

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 031/2009

EMPRESA CONTRATADA: Terraplanagem Chico Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais) por hora

DATA DO CONTRATO: 01/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 094/2009

CONTRATO Nº 094/2009

OBJETO: Aquisição de medicamentos para as pessoas carentes do município

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 043/2009

EMPRESA CONTRATADA: Farmácia e Drograria Somesesi

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.863,66 (três mil oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos)

DATA DO CONTRATO: 02/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 095/2009

CONTRATO Nº 095/2009

OBJETO: Concerto da Ambulância Ducato

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº 044/09

EMPRESA CONTRATADA: Carboni Veículos

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.466,91 (sete mil quatrocentos e

sessenta e seis reais e noventa e um centavos)

DATA DO CONTRATO: 05/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 096/2009

CONTRATO Nº 096/2009

OBJETO: Aquisição de medicamentos

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº045/09

EMPRESA CONTRATADA: Luiz Alberto Caregnatto

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.791,93 (sete mil setecentos e noventa e um reais e noventa e três centavos)

DATA DO CONTRATO: 08/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 097/2009

CONTRATO Nº 097/2009

OBJETO: Fornecimento de serviços

LICITAÇÃO: Modalidade Processo Seletivo nº 003/2009

CONTRATADA: Bruna Zanella

VALOR DO CONTRATO: R\$ 496,80 (quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 08/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 098/2009

CONTRATO Nº 098/2009

OBJETO: Aquisição de material impresso

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº046/09

EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.773,00 (sete mil setecentos e setenta e três centavos)

DATA DO CONTRATO: 09/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 099/2009

CONTRATO Nº 099/2009

OBJETO: Aquisição de material impresso para a Saúde

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº047/09

EMPRESA CONTRATADA: Vedoís Vídeio

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.977,00 (quatro mil novecentos e setenta e sete reais)

DATA DO CONTRATO: 09/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0100/2009

CONTRATO Nº 0100/2009

OBJETO: Aquisição de pneus novos

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 034/2009

EMPRESA CONTRATADA: Modelo Pneus Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.368,00 (um mil trezentos e sessenta e oito reais)

DATA DO CONTRATO: 15/07/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0101/2009

CONTRATO Nº 0101/2009

OBJETO: Fornecimento referente compra de um trator novo de pneus

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 030/2009

EMPRESA CONTRATADA: Dresch e Cia Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 101.500,00 (cento e um mil e quinhentos reais)

DATA DO CONTRATO: 15/06/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Rio do Sul

Prefeitura Municipal

Dispensa de Licitações 062/2009

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 062/2009

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. EPAGRI

Valor aproximado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso VIII da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 16 de junho de 2009

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Lista de Candidatos Inscritos - Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional Nº 001/2009

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Rio do Sul

Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional nº 001/2009

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, homologa e torna público a Relação de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no Edital Interno de Avaliação de Progressão Funcional nº 001/2009.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Número Inscrição	Nome Candidato
52	Adriana Claudiano Machado Salla
53	Alcione Ceroni Rückert
43	Anelore Buzzi
17	Angela Cristina Hammann
25	Arlete Aparecida Geiser
2	Cassia Cristina de Souza Westphal
71	Cheila Simone Niehues
34	Cristiana Dalpiaz Girardi
35	Dalila Marchi Rossetti
54	Deise Ferreira
68	Deise Montibeler
39	Denise Costa
36	Dominanda Aparecida dos Santos
46	Dulce Sautner Destro
40	Edina Berger
41	Elenice Flor
28	Fabiola Regina Hinckel de Jesus
15	Flavia Cirlei Cercal
23	Florentina Stupp Silva
16	Glauce Gisele Maciano
64	Glaucemara Bonacolsi
4	Gloria Janaina Meriz

66	Greice Aparecida da Conceição
3	Iraci Rosa Osterno Tonet
11	Iris Wessling Romanio
44	Janaina da Silva
55	Janete Schmidt Hoeller
21	Jeniana Bechtold Bruning
47	Leise Cristina Luiz
57	Leocadia Sborz
30	Liliam da Luz Toneti
37	Luciana Goedert Wehmuth
14	Maria de Lourdes Tonon Tillmann
5	Marilene Back Espindola
24	Nevanir Correia Malheiros
26	Nilza Coelho
10	Nilza Minatti
60	Noeli Terezinha Marcelino Schweitzer
59	Rosane Zanis
42	Rubiana Carla Slomp
27	Sandra Mara Schons Xavier
45	Selia Seide
20	Silene Schmitz Contezini
58	Silvana do Nascimento
48	Silvia Vignola
38	Simone Aparecida Pereira Muller
19	SolangeBranger
22	Taisa Adam Ern
67	Valquiria Montagna
69	Wilmara Adriana Stadnik Bublitz
50	Yara Dinorá Neckel

PEDAGOGO

Número Inscrição	Nome Candidato
62	Eliane Lea Vicente Testoni
12	Genir Ceola
65	Janara Eliana Doege
56	Marilse Eliane Mattos Pompilio
29	Tania Baasch Bremer

SÉRIES INICIAIS (SEM DISCIPLINA ESPECÍFICA)

Número Inscrição	Nome Candidato
31	Alaide Fernandes
49	Dilza Broering
13	Marcia Catarina Siqueira Fachini
18	Maria Roseli dos Santos
33	Raquel Haffermann

INGLÊS

Número Inscrição	Nome Candidato
7	Débora Ossemer
61	Luciano Dias
9	Meri Adriana Baade Becker

EDUCAÇÃO FÍSICA

Número Inscrição	Nome Candidato
32	Elisiana Knopf
6	Ivo Renato Merizi
8	Marilene Rizzi

PORTUGUÊS

Número Inscrição	Nome Candidato
1	Neuza Margarete Giacomozzi Schlup

GEOGRAFIA

Número Inscrição	Nome Candidato
63	Erivonete Costa Lucio

ARTES

Número Inscrição	Nome Candidato
51	Margarete Odebrecht

Rio do Sul (SC), 15 de junho de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Salto Veloso

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.324/2009

LEI Nº. 1.324/2009 DE 17 DE JUNHO DE 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com o Município de Videira, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a execução de projetos de atendimento do Município de Videira através da Casa Lar Menino Jesus, a crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse anual de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos parceladamente, no decorrer do presente exercício.

Parágrafo único - Os repasses ficarão condicionados à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS, bem como prestação de contas da parcela anterior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

14.00 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
14.01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
2.077 - Programa Assistência ao Menor
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de junho de 2009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
EDIVAR ANTÔNIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Aviso de Licitação 69/2009

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 196/2009, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29/06/2009, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 069/2009 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 30/2009 –OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DIVERSAS CONFORME ANEXO I. www.saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 67/2009
Contratadas as seguintes empresas: BETHA SISTEMAS LTDA
Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, caput.
Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de implantação e fornecimento dos módulos para gerenciamento da Escrituração Fiscal do ISS, via internet e integrados ao sistema de Tributação utilizados pelo Município de São Lourenço do Oeste
Valor Total: R\$ 12.358,00.
Vigência: De 15 de junho a 31 de dezembro de 2009, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993.

São Lourenço Do Oeste – SC
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Schroeder

Prefeitura Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 25/2009 – FMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 25/2009 – FMS
O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos

interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço por ITEM nº. 25/2009– FMS.

OBJETO: aquisição de material didático para palestras nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO ATÉ: 30 de Junho de 2009 às 09:45h.

ABERTURA DO PROCESSO: 30 de Junho de 2009 às 10:00h.

LOCAL: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de Junho de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 61/2009 – PMS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 61/2009 – PMS

O Município de Schroeder torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Municipal nº1669/2008, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo menor preço ITEM nº. 61/2009 – PMS.

OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar das Creches, Escolas de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 29 de Junho de 2009 às 08:45h.

ABERTURA DO PROCESSO: 29 de Junho de 2009 às 09:00h.

LOCAL: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h .

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de Junho de 2009.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Carta Convite Nº 16/2009 - PMS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CARTA CONVITE No 16/2009 - PMS

OBJETO: contratação de empresa especializada em recuperação e reposição de peças para a Esteira D30, marca Komat'su, ano 1986 lotada na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 25 de Junho de 2009 às 15:45h.

ABERTURA DO PROCESSO: 25 de Junho de 2009 às 16:00h.

LOCAL: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Schroeder – SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser

obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações ou de segunda a sexta - feira das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h .
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 17 de Junho de 2009.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 139/2009-PMS

EXTRATO DO CONTRATO N°. 139/2009-PMS
Dispensa de Licitação n°. 26/2009-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, Município de Schroeder - SC.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.-EPAGRI, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar n°. 284, de 28 de fevereiro de 2005, inscrita no CNPJ sob o no 83.052.191/0001-62, e Inscrição Estadual no 250403.498 com sede na Rodovia Admar Gonzaga, n°. 1347, Bairro Itacorubi, em Florianópolis/SC.

OBJETO: Constitui o presente contrato de dispensa n°. 26/2009-PMS, considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho (PAT), que desde já integra este instrumento para a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder – SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.960,00 (Quinze mil novecentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2009

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2009

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Videira

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial N° 51/2009-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2009

O Prefeito Municipal de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 51/2009.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE HERBICIDA PARA SER UTILIZADO NO COMBATE DE ERVAS DANINHAS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 01/07/2009, na Avenida Manoel Roque, n° 188, Videira/SC.
4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia.
5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9012/9034.

Videira/SC, 15 de Junho de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 52/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2009

O Prefeito Municipal de Videira, torna público que fará realizar o Pregão Presencial n° 52/2009.

1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA CÂMARA FRIA, 10 (DEZ) ESTANTES MODULARES E 40 (QUARENTA) ESTRADOS PLÁSTICOS MODULARES DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
2. TIPO: MENOR PREÇO – UNITÁRIO.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 01/07/2009 e a abertura da sessão às 15:15 horas do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br.

Videira/SC, 15 de Junho de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação N° 005/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005/2009
PROCESSO SELETIVO N° 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, n° 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo n° 011/2009:

SERVIDOR	CARGO
1. Ramires Zago	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Lâminas
2. Valdevino Alves da Silva	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Lâminas
3. Ailton Cardoso	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Lâminas
4. Cleber Grigolo	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Pneu
5. Moises Buss	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Pneu
6. Leonir Raimundo Deon	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Pneu
7. Sergio Antonio Bolsani	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Pneu
8. Roque Ariotti	Agente Operacional Especializado – Operador de Trator de Pneu
9. Valmir Moreira	Agente de Serviços Operacionais – Motorista de Caminhão
10. Jhones Surdi	Agente de Serviços Operacionais – Motorista de Caminhão
11. Maria Olga Att	Auxiliar de Serviços Gerais
12. Elieser Rosa de Azevedo	Auxiliar de Serviços Gerais

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Exame Médico Admissional (Agendar no DP – 3566 9045 (Leandro))
- b) Carteira de Trabalho com N° PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;

- f) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- h) Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- i) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- j) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- k) Declaração de Bens;
- l) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de junho de 2009.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato de Rateio Nº 07/09

CONTRATANTE: Município de Erval Velho

CNPJ: 82.939.422/0001-91

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Erval Velho e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 07/09.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 200,00 (duzentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2009.

Florianópolis, 26 de maio de 2009.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA